



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002840-46.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **JANAINA APARECIDA LEVI GLOIAS TAGATA**
 Requerido: **Cetelem Brasil S.a. - Crédito, Financiamento e Investimento e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha cartão de crédito junto à primeira ré, tendo viajado para morar no Japão em janeiro de 2009 sem deixar qualquer débito a ele relativo.

Alegou ainda que quando retornou de viagem, em 2013, foi surpreendida com a informação de que estava inscrita perante órgãos de proteção ao crédito em decorrência de dívida oriunda daquele cartão, cuja existência refuta.

Almeja à declaração de inexistência do débito e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada pela segunda ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque independentemente de qualquer consideração a propósito da natureza do crédito que sustenta possuir em face da autora, é incontroverso que promoveu a negativação da mesma (fl. 02), circunstância que por si só viabiliza sua colocação no polo passivo da relação processual.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, a primeira ré assinalou em sua resposta a existência do débito questionado pela autora, observando que ele decorreu de compras pela mesma efetuadas.

Tocava-lhe fazer a prova do que asseverou, na esteira do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, não se podendo olvidar que seria inexigível que a autora demonstrasse fato negativo.

A ré, porém, não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus porque não amealhou um único indício que fizesse crer que a autora realmente tivesse levado a cabo compras não quitadas em tempo oportuno.

É relevante assinalar também que a autora esteve fora do país entre 2008 e 2013, não reunindo condições para nesse período contrair obrigação mediante utilização do cartão bancário referido a fl. 01.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao reconhecimento de que não havia amparo à negativação da autora e em consequência a responsabilidade das rés por isso há de ser proclamada.

Outrossim, essa negativação ilegítima rende ensejo a danos morais passíveis de ressarcimento, consoante pacífica jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**.

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 09/10.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**